

SUPERINT.REGIONAL DE P.FEDERAL NO EST.DE RR

Estudo Técnico Preliminar 27/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08485.003285/2025-11

2. Descrição da necessidade

2.1. Este estudo se refere à contratação de serviços técnicos especializados para a reforma e manutenção da fachada da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, localizada na Av. Brasil, 551 - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-050. Os serviços incluem a realização de ensaios técnicos para avaliação das condições atuais da fachada e a elaboração dos projetos executivos de reforma e impermeabilização da fachada.

2.2. O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como identificar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender de maneira eficaz às necessidades da Administração, conforme consta no Documento de Formalização da Demanda (65639432) e Portaria SR/PF/RR Nº 258/2025 (65700181).

2.3. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, em seu artigo 24, § 1º.

2.4. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se como serviços técnicos designados no conceito de serviços de engenharia, visto que as atividades desenvolvidas pela contratação pretendida possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio das especificações usuais do mercado.

2.5. A necessidade de contratação está subdividida em três aspectos principais: funcional, técnico e normativo, que serão detalhados a seguir:

2.5.1. Aspecto Funcional - A contratação é essencial para garantir o adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio de atender aos seus objetivos institucionais. A integridade das instalações e a eficiência dos sistemas são cruciais para o cumprimento das funções da instituição, o que justifica a necessidade da execução dos serviços propostos.

2.5.2. Aspecto Técnico – O aspecto técnico da contratação está relacionado à manutenção e acompanhamento contínuo da fachada da Superintendência da Polícia Federal. Considerando os sinais de desgaste dos elementos da fachada, é recomendado a realização de ensaios e vistorias técnicas detalhadas para avaliar as condições atuais e prever a necessidade de reparos. A execução dos serviços de ensaio e a análise técnica de materiais e estrutura são fundamentais para garantir a segurança, a durabilidade e a funcionalidade das instalações.

2.5.2.1 A Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de profissionais específicos para a execução das atividades rotineiras de manutenção da fachada e realização de ensaios técnicos. Tais serviços não são de competência direta da instituição, o que torna imprescindível a contratação de terceiros especializados. Esta contratação busca assegurar a execução qualificada dos serviços, respeitando os princípios da economicidade, segurança e conforto dos usuários, bem como a integridade das instalações, sistemas e equipamentos da unidade. A prestação dos serviços será realizada conforme as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 2.271/1997 e pela Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG.

2.5.3. Aspecto Normativo – A contratação se faz necessária para atender às normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos órgãos públicos, garantindo a conformidade dos serviços com as exigências legais e normativas vigentes.

2.6. A execução dos serviços estará em conformidade com as normas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), que regulamentam os procedimentos e os materiais a serem utilizados na obra.

2.7. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- NR-35: Proteção para o trabalho em altura;
- ABNT NBR 15575 - norma de desempenho;
- ABNT NBR 13755 – revestimentos de fachada;
- ABNT NBR 13276-2016 - Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e teto;
- ABNT NBR 16325 - Dispositivos de Ancoragem;

- Demais NBRs correlatas.

2.8. O disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/RR	RENATO RIBEIRO DE CARVALHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os ensaios a serem realizados na fachada não deverão deixar quaisquer marcações ou pinturas nas superfícies da fachada. Quaisquer elementos danificados ou que apresentem demarcações durante a realização dos ensaios deverão ser devidamente identificados em projeto, e todas as anotações deverão ser registradas em caderno de encargos.

4.2. Os requisitos específicos da contratação, em sentido estrito, serão detalhados no Edital da Licitação, no Termo de Referência e nos demais anexos do Edital. Além dos requisitos formais, a contratação deverá contemplar os seguintes aspectos, em sentido lato sensu:

- Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- Cumprimento rigoroso das formalidades necessárias para a correta instrução processual, tanto na fase interna quanto na fase externa da licitação;
- Dimensionamento adequado da prestação do serviço e do valor estimado para a contratação, visando uma solução eficiente com o menor dispêndio de recursos possível;
- Celeridade na instrução do processo, para garantir agilidade e eficiência em sua tramitação.

4.3. Requisitos Técnicos a serem exigidos dos prestadores deste serviço:

4.3.1. Atestado de Capacidade Técnica: A empresa licitante deverá apresentar pelo menos um atestado de capacidade técnica, emitido em papel timbrado ou com carimbo da empresa responsável, que inclua o endereço e telefone dela. O atestado deve ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, confirmando a aptidão da licitante para a execução da atividade, compatível com as características e o prazo do objeto a ser contratado.

4.3.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT): A licitante deverá apresentar a Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, em papel timbrado ou com carimbo da empresa, contendo endereço e telefone da emitente. A CAT deve atestar a aptidão da empresa para a execução do serviço técnico. O(s) Responsável(is) Técnico(s) designados no(s) atestado(s) ou na CAT deverão ser engenheiro(s) civil ou arquiteto(s), o que será comprovado por meio da Certidão de Registro e Quitação fornecida pelo respectivo conselho profissional.

4.3.3. Comprovação de Responsável Técnico: A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro de funcionários, na data da licitação, pelo menos um profissional de nível superior ou outro apto a desempenhar as atividades descritas no objeto da licitação, que será o Responsável Técnico no contrato. A comprovação deverá ser feita através da Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo conselho competente da jurisdição do profissional, além de um documento que comprove o vínculo empregatício com a licitante.

4.3.4. Declaração sobre Peças e Componentes: A licitante deverá apresentar uma declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa, afirmando que, durante a execução dos serviços, serão utilizados somente peças e componentes novos, originais, e com garantia mínima de 1 (um) ano.

4.3.5. Declaração sobre Normas Técnicas da ABNT: A licitante deverá também apresentar uma declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa, confirmando que, na execução dos serviços especificados no termo de referência, será cumprida integralmente a Norma Técnica da ABNT - NBR aplicável.

4.4. A vistoria prévia à participação na licitação será facultativa.

4.5. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar a vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. A vistoria deverá ser agendada com pelo menos 24h (vinte e quatro) horas de antecedência através do telefone (95) 3621-1514 ou 3621- 1557 ou pelo e-mail: cpl.selog.srrr@pf.gov.br.

4.6. O prazo para a realização da vistoria terá início no dia útil seguinte à publicação do Edital, e se estenderá até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.7. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá ser utilizada como justificativa para alegações posteriores de desconhecimento das condições do local ou para dúvidas ou falhas quanto aos detalhes dos locais de prestação dos serviços. A licitante vencedora deverá assumir todos os ônus e responsabilidades decorrentes da execução dos serviços, independentemente da realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. Quaisquer dúvidas técnicas resultantes da vistoria deverão ser enviadas à Comissão de Licitação, no prazo máximo de três dias úteis antes da data marcada para a abertura da sessão pública.

4.10. Durante a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e um documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para realizar a vistoria.

4.11. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

4.11.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

4.11.2. Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995; A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.11.3. Aplicam-se ao Termo de Referência, no que for aplicável, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

4.11.4. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.

4.11.5. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
2. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
3. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;a) a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Existem diversas modalidades de contratos utilizadas em projetos de engenharia e construção, cada uma com características específicas em relação à alocação de riscos, responsabilidades e estrutura de execução. Dentre as principais modalidades, destacam-se:

5.1.1. Design-Bid-Build (DBB): O proprietário contrata separadamente os serviços de projeto e construção, assumindo a maior parte dos riscos. A execução ocorre a partir de um projeto básico e um projeto executivo detalhado.

5.1.2. Design-Build (DB): O proprietário contrata um único agente responsável pelo desenvolvimento do projeto executivo e pela construção.

5.1.3. Engineer-at-Risk (EAR): O contratado assume a responsabilidade sobre a execução, mas o proprietário define os critérios do projeto.

5.1.4. Design-Build-Operate (DBO): O contratado assume a responsabilidade pelo projeto, construção e operação do empreendimento.

5.1.5. Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT): O contratado projeta, constrói, opera e transfere o empreendimento ao final do contrato.

5.1.6. Engineering, Procurement, Construction (EPC): O contratado assume a responsabilidade pela engenharia, aquisição de materiais e construção, entregando o projeto pronto para operação ("Turn Key").

5.2. Dada a natureza do objeto da presente licitação, a modalidade Design-Bid-Build (DBB) foi escolhida por ser a mais adequada para obras públicas. Esse modelo permite uma abordagem estruturada, garantindo maior controle sobre cada fase do projeto.

5.3. Inicialmente, serão contratados ensaios técnicos para avaliar o grau de degradação dos elementos da fachada, permitindo um diagnóstico preciso das patologias existentes. Com base nesses estudos, será elaborado um projeto executivo detalhado, que incluirá a identificação das causas dos danos, a proposição de possíveis soluções técnicas e a definição dos métodos mais adequados para a execução dos reparos, além do o projeto executivo da solução de revestimento selecionada para a fachada. Esse projeto servirá como base para a futura contratação da obra, garantindo a adoção de medidas eficazes e compatíveis com as necessidades estruturais e estéticas da edificação.

5.4. Do ponto de vista técnico, a modalidade DBB assegura que a licitação alcance seu objetivo finalístico, isto é, selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público. Além disso, os serviços a serem contratados são caracterizados como serviços não comuns (especiais) de engenharia, demandando um maior nível de especialização.

5.5. O contrato será firmado sob o regime de empreitada por preço global, garantindo maior previsibilidade financeira ao projeto. No entanto, antes da execução, será necessária uma análise jurídica para verificar a viabilidade do trâmite, bem como a aprovação do Ordenador de Despesas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A empresa que vencer o processo licitatório deverá, com a técnica adequada, e com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar os serviços de realização de ensaios e estudos técnicos e elaboração de projetos executivos de impermeabilização e de restauração das fachadas da SR/PF/RR. Serão elaborados os projetos legais com aprovação nos órgãos competentes, incluindo a concessão de alvará de construção.

6.2. Inspeção Técnica

6.2.1. Deverá ser realizada a inspeção e diagnóstico do sistema de ancoragem existente, com emissão de laudo técnico, contendo a identificação dos pontos testados, metodologia empregada, equipamentos utilizados, valores obtidos, fotos ilustrativas e a conclusão quanto à aprovação ou reprovação dos pontos de ancoragem existentes. Caso necessário, o laudo também deverá apresentar projeto com a proposta de um novo sistema de ancoragem a ser implantado na estrutura da edificação. Caso a Contratada deseje instalar pontos de ancoragem adicionais, deverá submeter à aprovação da Contratante, que solicitará todas as informações (descrição, croqui, catálogos do fabricante, certificado de materiais, ART etc.) necessárias para avaliação. Caso aprovada a instalação, esta ocorrerá sob exclusiva responsabilidade da Contratada e não gerará ônus de qualquer natureza à Contratante. A Contratada será responsável pela operação de ancoragem dos equipamentos para a inspeção externa das fachadas bem como pela instalação das linhas de vida.

6.2.2. Deverá ser realizada uma inspeção técnica direta e detalhada de todos os componentes (pele de vidro, pastilha cerâmica, pintura, juntas de dilatação, esquadrias de alumínio, revestimentos em Alumínio Composto (ACM), entre outros) de todas as fachadas da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, totalizando uma área aproximada de 7.147,74 m², com vistas a identificar, cadastrar e mapear todas as anomalias existentes. A inspeção deverá ser feita com uso de equipamentos do tipo balancim, cadeirinha ou qualquer outro equipamento que atenda aos normativos de segurança pertinentes.

6.2.3. Não será permitida a inspeção por amostragem, devendo todas as fachadas serem completamente vistoriadas.

6.2.4. O mapeamento das anomalias será realizado por meio de teste de percussão nas fachadas, bem como ensaios de termografia para identificação de fissuras e ensaios de arrancamento do reboco e aderência da pastilha, com utilização de alpinistas.

6.2.5. Todas as anomalias identificadas a partir da inspeção deverão ser categorizadas, quantificadas, mensuradas e ter sua localização indicada em mapeamento.

6.2.6. Os dados obtidos a partir das inspeções serão fornecidos em formato de planilha e croqui (mapeamento), os quais deverão ser entregues como documentos técnicos antes da entrega do Laudo Técnico.

6.2.7. Todas as anomalias identificadas terão sua localização representada em croquis, indicando a localização precisa de cada uma, para possibilitar a posterior contratação dos serviços de recuperação/tratamento.

6.3. Laudo Técnico

6.3.1. O Laudo Técnico caracterizará as fachadas da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, apresentando suas condições gerais, bem como suas atuais particularidades em relação ao desempenho, eficiência e segurança.

6.3.2. O Laudo contemplará a localização e inspeção das manifestações patológicas, relatório fotográfico das fachadas e vistoria dos ambientes internos, planilha de anomalias, procedimentos de recuperação recomendados e mapeamento das anomalias. Caso deseje, a Contratada poderá elaborar anexos adicionais.

6.3.3. O Laudo Técnico conterá um relatório fotográfico que represente as condições gerais do edifício, os diferentes tipos de anomalias e as anomalias mais críticas, com referência numérica entre as fotos e o mapeamento.

6.3.4. O Laudo discorrerá sobre as informações obtidas na etapa da inspeção, principalmente sobre as anomalias, suas causas prováveis, consequências e grau de criticidade.

6.3.5. A planilha de anomalias conterá a identificação categorizada dos diferentes tipos detectados, quantidades correspondentes, dimensões e demais informações necessárias para viabilizar a posterior contratação dos serviços de recuperação/tratamento.

6.3.6. O Laudo Técnico conterá a análise técnica das manifestações patológicas, abordando possíveis soluções técnicas com todos os serviços necessários para a recuperação dos componentes da fachada, incluindo a metodologia detalhada para a execução e a especificação dos materiais a serem empregados.

6.3.7. As soluções propostas deverão ser fundamentadas em normas técnicas vigentes, práticas consolidadas e orientações dos fabricantes dos materiais.

6.3.8. O Laudo Técnico e seus anexos serão submetidos à avaliação da Contratante, que poderá solicitar alterações na organização, detalhamento ou complementação das informações.

6.4. Projetos Executivos

6.4.1. Deverá ser desenvolvido o projeto executivo de impermeabilização da fachada.

- 6.4.2. Deverá ser desenvolvido projeto executivo de recuperação das fachadas, detalhando as técnicas de reparo e reforço estrutural necessárias, bem como um projeto arquitetônico atualizado da fachada, assegurando que a intervenção esteja em conformidade com os padrões estéticos e normativos aplicáveis.
- 6.4.3. Deverá ser elaborado o projeto executivo da solução de revestimento selecionada para a fachada, com todos os detalhes construtivos necessários, incluindo especificação dos materiais, métodos de aplicação, preparação da base e integração com os sistemas existentes.
- 6.5. Adicionalmente, serão preparados o caderno de encargos, especificações e normas técnicas, o memorial descritivo e memória de cálculo, além do levantamento de quantidades. Para garantir o acompanhamento da execução, será elaborado um cronograma físico (PERT/CPM e GANTT) e físico financeiro detalhado, juntamente com a planilha orçamentária sintética e analítica contendo composições de preços unitários, curvas ABC, encargos sociais e cálculo de BDI. Destacando que o orçamento deverá atender o Decreto 7.983/13 e Acórdão 2.622/13 do TCU (BDI);
- 6.6. Deverão ser apresentadas as anotações de responsabilidade técnica (ARTs) correspondentes aos projetos executivos, memoriais descritivos, orçamentos, laudos técnicos e demais produtos entregues
- 6.7. Todo o material será entregue nos formatos .dwg, .ifc, .pdf, .docx e .xlsx, acompanhado de 01 (uma) cópia impressa, em tamanhos adequados às escalas indicadas nos documentos.
- 6.8. As especificações técnicas e demais informações serão devidamente tratadas no Termo de Referência e seus anexos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.
1	INSPEÇÃO TÉCNICA		
1.1	INSPEÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ANCORAGEM EXISTENTE	UN	1,00
1.2	TESTE DE PERCUSSÃO COM EQUIPAMENTO ESPECÍFICO NO REVESTIMENTO EM REBOCO E PASTILHA CERÂMICA.	UN	1,00
1.3	ENSAIOS DE TERMOGRAFIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FISSURAS.	UN	1,00
1.4	ENSAIO DE ARRANCAMENTO DO REBOCO E DE ADERÊNCIA DA PASTILHA	UN	1,00
2	LAUDO TÉCNICO		
2.1	ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO	UN	1,00
3	PROJETOS EXECUTIVOS E ORÇAMENTO		
3.1	PROJETOS DE ARQUITETURA - EXECUTIVO - FACHADA	UN	1,00
3.2	PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO	UN	1,00
3.3	ORÇAMENTO DETALHADO E CRONOGRAMA	UN	1,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 189.695,24

- 8.1. O valor estimado pela Administração foi obtido através de metodologia adotada pela Caixa Econômica Federal e cotação de preços para remuneração de projetos e orçamentos; e com base em pesquisa de preços de mercado para a Inspeção e Laudo Técnico.
- 8.2. Considerando a variação significativa entre os valores apresentados pelas empresas consultadas, optou-se pelo uso da mediana como critério de definição do valor estimado dos itens orçamentários. Essa metodologia é recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como a forma mais adequada de eliminar distorções provocadas por cotações discrepantes, evitando a superavaliação ou subavaliação do orçamento. Assim, assegura-se maior fidedignidade ao custo real de mercado, promovendo a economicidade e a isonomia entre os licitantes, conforme previsto no art. 23, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3. A partir deste método, chegou-se ao montante de R\$ 189.695,24 (Cento e oitenta e nove mil seiscientos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Geralmente, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso” nos arts. 40, inciso V, alínea ‘b’, e 47, inciso II, da lei 14.133/21.

9.2. Não se vislumbra inviabilidade técnica ou redução na vantajosidade econômica para licitação dos itens em análise de forma separada.

9.3. O serviço de execução de projetos é de natureza intelectual, portanto, indivisível.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000010/2025

II - Data de publicação no PNCP: 04/05/2024

III - Id do item no PCA: 360

IV - Classe/Grupo: 835 - SERVIÇOS CIENTÍFICOS E OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS

V - Identificador da Futura Contratação: 200384-00051/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Por se tratar de uma contratação de serviços essenciais de amparo a manutenção predial, de forma preventiva para garantir a segurança de servidores e cidadãos, tendo em vista o risco de acidentes provocado pela queda de placas. Além disso, o projeto possibilitará a preservação do patrimônio público, evitando a deterioração da estrutura e assegurando maior durabilidade do edifício.

12.2. Com a definição de soluções técnicas adequadas, será possível executar os serviços de forma eficiente, em conformidade com as normas, reduzindo custos com retrabalho e otimizando o uso dos recursos públicos. Ademais, a manutenção adequada da fachada valoriza a imagem institucional da Polícia Federal perante a sociedade, reforçando sua credibilidade, ao mesmo tempo em que possibilita melhor planejamento orçamentário e transparência na gestão dos recursos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Disponibilizar local para o estoque de materiais e abrigo da equipe, conforme NR18.

13.2. Programar o horário de realização dos ensaios em fachada, de modo que não atrapalhe as atividades desempenhadas pela SR/RR.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940 /06 e IN/MARE nº 6/1995; A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- Aplicam-se ao Termo de Referência, no que for aplicável, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.
- Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.
- A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte: (i) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; (ii) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE; (iii) Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;a) a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

12.1. Conforme a demanda exposta no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (65639432) e conforme as soluções estudadas neste documento, a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO RIBEIRO DE CARVALHO

Integrante Requisitante

FRANCISCO DAVYD PEREIRA SILVA

Integrante Técnico

EMERSON LEANDRO PORTELLA DA ROSA

Integrante Administrativo